

Escravos do século 21

Em pleno século 21, ainda há 27 milhões de escravos em todo o mundo

por Andrew Cockburn

O título acima não é metáfora. Esta é uma reportagem sobre escravos. Não sobre gente que vive em condições de escravidão, que trabalha muito e ganha bem pouco; não de gente que viveu há 200 anos. Trata de 27 milhões de pessoas que são compradas e vendidas, mantidas em cativeiro, agredidas e exploradas. Fala dos escravos do século 21.

O Castelo de Sherwood, base de Milorad Milakovic, um ex-ferroviário que se transformou em famoso traficante de escravos, parece um gigante à espreita, perto da cidade de Prijedor, no noroeste da Bósnia. Sob as muralhas de estuque, rapazes musculosos e cobertos de tatuagens vigiam a entrada. Ao lado, os três tigres siberianos de estimação de Milakovic andam de um lado para o outro em seu cativeiro cercado por grades.

Cheguei ali sozinho, em uma manhã cinzenta de primavera – nenhum guia local ou tradutor ousou me acompanhar –, e encontrei meu anfitrião robusto, de 54 anos, a minha espera em uma mesa posta para o almoço, ao lado de uma piscina coberta, com a água bem azul e límpida.

O senhor de Sherwood nunca teve vergonha de seu negócio. Certa vez disse a uma defensora dos direitos humanos que havia esmiuçado publicamente seus registros de compra de mulheres para atender aos prostíbulos que possui em Prijedor. “É crime vender mulheres? Mas e os jogadores de futebol? Eles são vendidos, não são?”

Milakovic ameaçou matar a ativista por sua ousadia, mas comigo foi bem mais brando. Enquanto saboreávamos salada de frutos do mar e filés, falamos sobre a multidão de moças que fogem de países economicamente arrasados da ex-União Soviética. Milakovic estava ansioso para divulgar seu plano para legalizar a prostituição na Bósnia, “para acabar com a venda de pessoas, porque cada uma dessas moças é filha de alguém”.

Uma dessas jovens chama-se Victoria. Ela é loura, míope, fuma sem parar e, aos 20 anos, já é veterana no mercado da escravidão. Durante três anos, fez parte dos estimados 27 milhões de homens, mulheres e crianças que vivem como escravos no mundo todo – confinados ou presos e forçados a trabalhar, controlados por meio de violência ou tratados como propriedade.

A odisséia de Victoria começou quando tinha 17 anos e acabara de terminar seus estudos em Chisinau, a capital decadente da ex-república soviética da Moldávia. “Lá não havia trabalho”, explica. Então, quando um conhecido sugeriu que poderia ajudá-la a conseguir um emprego em uma fábrica na Turquia, ela aceitou a proposta dele de levá-la, de carro, até lá, atravessando a Romênia. “Mas, quando percebi que seguíamos para o oeste, em direção à fronteira com a Sérvia, notei que alguma coisa estava errada.”

Tarde demais. Na fronteira, foi entregue a um grupo de sérvios que lhe deram um passaporte novo, segundo o qual ela tinha 18 anos. Eles a estupraram, dizendo-lhe que

morreria se resistisse. Então, foi enviada sob guarda até a Bósnia, a república balcânica que estava sendo reconstruída, graças à ajuda humanitária internacional, depois de anos de genocídio de uma guerra civil.

Victoria transformara-se em objeto e, como tal, fora comprada e vendida dez vezes por diversos donos de prostíbulos, nos dois anos que se seguiram, a cerca de 1,5 mil dólares por transação. Até que, grávida, fugiu no quarto mês de gestação por medo de ser obrigada a abortar.

Conheci essa moça quando estava escondida na cidade bósnia de Mostar, acolhida por um grupo de mulheres locais. Em tom monótono, sem alterar a voz, ela enumerou as casas noturnas e os bares em diversas cidadezinhas onde foi obrigada a dançar seminua, parecer alegre e manter relações sexuais com qualquer um que pagasse o preço equivalente a alguns maços de cigarro. “As casas noturnas eram horríveis, mas o Artemdia, em Banja Lika, era o pior: todos os clientes dali eram policiais”, lembra-se Victoria.

Tudo o que recebia ia para seu dono para quitar sua “dívida” – o valor que ele pagara para comprá-la do dono anterior. Era mantida sob estado de servidão até que a quantia devida a quem quer que a possuísse tivesse sido recuperada. Então, era vendida novamente e começava a trabalhar para pagar a nova “dívida” com o novo dono.

Apesar de a escravidão tradicional ainda existir em várias partes do mundo, a escravidão por dívida, com algumas variações, é a forma mais comum de servidão atual. De acordo com Milorad Milakovic, o sistema é absolutamente honesto. “É caro trazer a moça até aqui, e isso é um problema”, explica. “Avião, transporte, hotéis durante o trajeto, além da alimentação. A moça precisa trabalhar para ressarcir os gastos.”

Em novembro de 2000, a Força-Tarefa Policial Internacional (FTPI), apoiada pela ONU, invadiu casas noturnas e prostíbulos de Milakovic em Prijedor e libertou 34 moças com histórias parecidas com a de Victoria. “Tínhamos que dançar, beber muito e ir para o quarto com qualquer um”, declarou uma delas. “Fazíamos uma refeição apenas uma vez por dia e só dormíamos de cinco a seis horas. Se não fizéssemos o que mandavam, os guardas nos espancavam.”

Milakovic reclamou à imprensa que a compra das mulheres libertadas tinha custado caro, que ele precisaria comprar mais e que queria ser ressarcido. Também falou sobre as relações amigáveis que havia travado com os pacificadores da FTPI, muitos dos quais tinham sido seus clientes. Mas, em maio, não havia nenhum amigo influente para protegê-lo quando a polícia finalmente invadiu o Castelo de Sherwood e prendeu Milakovic por tráfico humano e posse de escravos.

A escravidão parece ser algo do passado, que já acabou, e as imagens que temos dela correspondem às existentes no século 19: negros acorrentados em fazendas. “Naquele tempo, a escravidão alimentava-se da falta de perspectivas pessoais”, explica Mike Dottridge, ex-diretor da organização Anti-Slavery International, fundada, em 1839, para dar continuidade à campanha que já abolira a escravidão no Império Britânico. Em 1850, de acordo com pesquisa do especialista Kevin Bales, um escravo comum era vendido por uma quantia que hoje equivaleria a 40 mil dólares.

Visitei Dottridge no escritório central da organização, em um pequeno prédio em Stockwell, um bairro de Londres. “Negros eram seqüestrados e forçados a trabalhar como escravos. Hoje, pessoas vulneráveis são ludibriadas a entrar no esquema da escravidão por dívida, quando estão apenas em busca de uma vida melhor. Há tantos nessa situação porque existem muitas pessoas desesperadas no mundo”, diz Dottridge.

As paredes do escritório dele estão cobertas de imagens da escravidão contemporânea: trabalho forçado na África Oriental, remessas de crianças paquistanesas de 5 e 6 anos ao golfo Pérsico para trabalhar como jôqueis e condutores de camelos de corrida. Seus arquivos estão explodindo de relatórios: brasileiros subjugados na Amazônia para gerar carvão para a indústria siderúrgica; agricultores indianos presos aos proprietários rurais por uma dívida herdada dos pais e que será

transferida aos filhos.

A compra e venda de pessoas é um negócio rentável porque, ao passo que a globalização facilitou o deslocamento de bens e divisas pelo mundo, pessoas que querem mudar-se para locais onde há trabalho enfrentam restrições cada vez mais severas à imigração legal. Quem não consegue migrar legalmente nem tem dinheiro para ser transportado como clandestino acaba nas mãos das máfias do tráfico. “A entrada ilegal de estrangeiros (que depois encontram trabalho remunerado) e o tráfico humano (em que as pessoas acabam sendo escravizadas ou vendidas pelos traficantes) funcionam da mesma maneira, usando as mesmas rotas”, diz um agente de campo veterano do Serviço de Imigração e Naturalização dos Estados Unidos (em inglês, corresponde à sigla INS). “A única diferença é o que acontece com as pessoas no final do processo.”

Como o preço a ser pago pelo transporte sobe de acordo com a rigidez dos controles fronteiriços, o mais provável é que os imigrantes ilegais acabem em dívida com os traficantes que os introduziram no país – e, assim, tenham de trabalhar como escravos para zerar sua obrigação.

É perigoso mostrar muito interesse a respeito de como essas máfias funcionam, mas, em Atenas, descobri um especialista no estudo do tráfico de escravos. Em 1990, Grigoris Lazos, professor de sociologia na Universidade de Panteion envolveu-se com o que avaliava ser uma pesquisa simples sobre a prostituição na Grécia. Resolveu ir direto à fonte: as prostitutas. Por meio delas, fez contato com as pessoas que as haviam escravizado. Por uma década – sempre enfrentando desaprovação absoluta dos colegas – Lazos conseguiu acesso direto às operações de tráfico e foi capaz de traçar um panorama claro da inter-relação entre prostituição e escravidão em seu país.

“É preciso observar que existem diferenças entre uma pequena gangue de tráfico e uma rede extensa, que lança mão da internet e de contas bancárias”, explica. “Qualquer dono de bar na Grécia pode mandar alguém comprar mulheres no sul da Bulgária, com pagamento à vista. O preço de uma moça naquela área gira em torno de mil dólares, mas, com negociação, dá para levar duas pelo mesmo preço. É melhor ir na segunda-feira para conseguir preços mais baixos, porque a maior parte do tráfico acontece nos fins de semana. Segunda-feira é o dia de menor movimento, então dá para levar o que sobra das maiores negociações.”

“Uma rede organizada, por outro lado”, continua, “tem capacidade de negociar e concluir transações a distância. É só ligar para Moscou, pedir mulheres, e elas logo serão enviadas à Romênia e, de lá, partirão em direção à Grécia, passando pela Bulgária. As partes que negociam nem se conhecem. O importador apenas diz: ‘Quero tantas mulheres de primeira linha, tantas de segunda, tantas de terceira’.” Enquanto examina seus arquivos, o professor apresenta, de cabeça, os dados deprimentes a respeito do tráfico humano: “Entre 1990 e 2000, as mulheres traficadas e prostituídas geraram, na Grécia, 5,5 bilhões de dólares. Prostitutas voluntárias, aquelas que trabalham por conta própria e em sua maior parte gregas, geraram 1,5 bilhão de dólares”.

A eficiência e o escopo das operações dos traficantes gregos estudados por Lazos não são, de forma alguma, únicos. Em Trieste, o portão de entrada dos Balcãs para o norte da Itália, investigadores rastream as atividades de Josip Loncaric, ex-motorista de táxi de Zagreb, na Croácia. Quando ele foi preso, em 2000, era dono de empresas aéreas na Albânia e na Macedônia e estava envolvido no deslocamento de milhares de pessoas destinadas a trabalhar não só na prostituição, mas em qualquer espécie de tarefa servil que exija mão-de-obra no mundo próspero da União Européia.

Sua mulher, chinesa, que também era sua sócia, funcionava como elo entre Loncaric e as máfias chinesas, com quem ele fechava negócios lucrativos, de contrabando não só de chineses, mas também de curdos, iraquianos, iranianos e qualquer outro povo aflito e disposto a hipotecar a si mesmo na esperança de um futuro melhor. Várias das vítimas chinesas de Loncaric foram trancafiadas e forçadas a trabalhar 18 horas por dia em restaurantes ou nas famosas oficinas de artigos de couro italianas.

Máfias de tráfico e contrabandistas introduziram 35 mil pessoas na Europa Ocidental durante a última década do século 20, pela região de Trieste, conduzindo-as durante à noite, atravessando as

montanhas íngremes e as florestas que margeiam a fronteira com a Eslovênia. Mas esse é apenas um dos diversos funis que conectam mundos pobres e ricos. A milhares de quilômetros dali, descobri outro fluxo de migrantes, partindo da América Central em direção a “El Norte”, os Estados Unidos, onde podem terminar como escravos.

Os países desses migrantes haviam sido destroçados pelas guerras das décadas de 1980 e 90. Mais: o furacão Mitch atingiu Honduras e Nicarágua em 1998 – e o número de crianças sem-teto na América Central cresceu 20%. El Salvador foi atingido por um terremoto de 7,6 pontos na escala de Richter em 2001. Grandes áreas da região não viram chuva por três anos e o preço mundial do café desabou, arruinando a indústria cafeeira e deixando 600 mil pessoas sem emprego. Na Guatemala, mais de meio milhão de trabalhadores do café estão morrendo de fome.

Muitos economistas argumentam que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) deu sua parcela de contribuição para a enxurrada de gente que tenta mudar-se para o norte, dizendo que o milho barato que os EUA vendem ao México de fato fez com que milhões de pequenos cultivadores de milho mexicanos perdessem seu negócio e sua terra. Sugerem que, para cada tonelada de milho exportada para o México, dois mexicanos imigrem para os EUA.

A minúscula cidade guatemalteca de Tecún Umán fica às margens do rio Suchiate. Ali imigrantes se reúnem para entrar no México, a caminho do norte. Os que têm documentos válidos para entrar no país atravessam a ponte que cruza o rio; aqueles que não os têm pagam alguns centavos para chegar à outra margem a bordo de balsas feitas de câmaras de pneus de trator. A grande maioria dos migrantes que chega a Tecún Umán sem nenhum centavo no bolso é presa fácil de hoteleiros, donos de bar e contrabandistas de pessoas – conhecidos como “coiotes” –, que tiram seu sustento do fluxo humano. É uma cidadezinha onde, nas palavras de um ex-morador, “tudo e todo mundo estão à venda”.

Alguns encontram um porto seguro temporário na Casa del Migrante, um complexo murado a alguns metros da margem enlameada do rio. “Todos os dias, de manhã e à noite, faço um discurso aqui”, diz o diretor da casa, o padre Ademar Barilli, missionário brasileiro que parece alegre, apesar da miséria que o cerca. “Falo sobre os perigos da viagem em direção ao norte e imploro para que retornem ao lugar de onde vieram. Voltar para casa não é boa escolha, mas tentar entrar nos Estados Unidos é ainda pior.”

Barilli avisa os migrantes a respeito dos chefões das gangues mexicanas que podem apreender os documentos e forçá-los à escravidão em fazendas remotas. Fala dos prostíbulos em Tapachula, a cidadezinha mexicana que fica do outro lado do rio. A maior parte, pensando na miséria que deixou para trás, não ouve seus conselhos. Foi exatamente o que aconteceu com Adriana, 14 anos, prostituta em um bar de Tapachula. Quando perguntei a ela se pensaria na possibilidade de voltar para casa, em Honduras, respondeu: “Não, lá a gente morre de fome!”

Apesar de Barilli e da Casa del Migrante, Tecún Umán não é nenhum lugar seguro. Uma semana antes de minha chegada, o cadáver de um coiote fora abandonado na frente dos portões do complexo, com uma centena de balas no corpo. “Há muitas máfias envolvidas no principal negócio desta cidade. *Aquí uno no sale en la noche* (Aqui, ninguém sai à noite)”, diz Barilli.

Enquanto eu calculava quantas horas de luz de sol ainda me restavam, Barilli aproveitou para explicar o que os donos de bar dizem às moças que desembarcam dos ônibus que chegam todos os dias à cidade, vindos do sul: “Falam de um emprego em um restaurante. Mas o trabalho é em um bar. Depois de a moça passar um período só servindo bebidas, o dono a denuncia à polícia e faz com que a prendam por não ter documentos. Ela vai para a cadeia; ele paga sua fiança. Então, informa-lhe que tem uma dívida a saldar e, por isso, tem de trabalhar como prostituta. A dívida nunca termina, e a moça vira escrava”.

Barilli citou um caso recente envolvendo um bar chamado La Taverna, na estrada que sai da cidade. A dona do lugar havia ludibriado seis moças a se envolver no esquema. “Algumas delas ficaram grávidas, e ela vendeu os bebês”, diz. Graças, em parte, às iniciativas de um trabalhador leigo da

Casa del Migrante (que depois precisou se esconder para fugir de ameaças de morte), a mulher acabou sendo detida.

O aumento da segurança que se seguiu aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 transformou-se em enorme obstáculo no caminho do norte, fazendo da travessia do México para os EUA algo muito difícil. Com a intensificação do controle, veio o aumento proporcional do preço cobrado para a travessia: de mil dólares para 2 mil. Quem sobrevive à jornada chega ao outro lado ainda mais endividado e vulnerável ao domínio dos escravizadores.

Em Immokalee, na Flórida, entrei em uma sala lotada de pessoas com os mesmos traços maias que vira pela última vez em Tecún Umán. Quase todas davam duro nas plantações da Flórida, colhendo frutas e verduras que são consumidas em todo o país. Era uma reunião na sede da organização Coalizão dos Trabalhadores de Immokalee (CTI), para discutir maneiras de melhorar as condições de sua ocupação mal remunerada. Quando o bate-papo em espanhol arrefeceu, um homem idoso pegou o violão e começou a cantar a respeito de Juan Muñoz, que saiu de Campeche, no México, “para buscar fortuna nos EUA”, mas acabou parando em Lake Placid, na Flórida, para trabalhar “como escravo” de um patrão cruel que roubou todo seu dinheiro.

Cantores de blues compuseram lamentos parecidos a respeito das agruras da vida nos latifúndios do sul dos EUA – hoje, essas canções fazem parte da herança cultural dos americanos. Mas aquela música não falava do passado. Juan Muñoz é uma pessoa real, de 32 anos, que abandonou seu pequeno sítio em Campeche, no México, porque não conseguia ganhar dinheiro suficiente para alimentar a família. Cruzou a fronteira na altura de Marana, no Arizona, onde um coioete prometeu-lhe transporte completo até um trabalho como colhedor de laranjas na Flórida. O transporte custou mil dólares. Mas, quando chegou ao destino final, descobriu que, na verdade, tinha sido incorporado à economia da escravatura moderna.

A estrada de número 27 atravessa toda a região produtora de cítricos, bem no coração da Flórida, que fornece 80% do suco de laranja consumido nos EUA. Os colhedores que trabalham nas lavouras que ladeiam a estrada são, em sua imensa maioria, imigrantes, muitos deles sem documentos e pobres. Recebem pouco mais de 600 dólares por mês para fazer um trabalho difícil e insalubre, dando duro para os capatazes que têm contratos com os donos das plantações para o fornecimento de equipes de colheita. A lei geralmente deixa essas pessoas em paz, desde que se restrinjam a exercer essa função mal paga.

A exploração dos trabalhadores rurais é quase inevitável, já que os grandes grupos que compram as colheitas têm poder de manter baixos os preços que pagam, assim fazendo com que os salários pagos pelas empresas de colheita para os colhedores também se mantenham diminutos. Essas condições levam a uma alta rotatividade de mão-de-obra, já que qualquer pessoa com outra perspectiva abandona a colheita. Aí abre-se a chance das equipes de escravos por dívidas. Foi assim que Juan Muñoz se viu escravizado, com pelo menos outras 700 pessoas, nos campos operados pela família Ramos, fortemente vigiados, na cidadezinha de Lake Placid. “Quase todos são trazidos do Arizona por coioetes que se oferecem para levá-los até a Flórida e então os vendem para os capatazes das equipes”, diz Romero Ramirez, um guatemalteco de 21 anos que se infiltrou no esquema dos Ramos como espião da CTI.

Os prisioneiros de oito campos de Lake Placid viviam quatro em cada quarto fedido, dormindo sobre estrados de cama sem colchão. “As pessoas sabiam que seriam espancadas se tentassem fugir”, diz Ramirez, citando o boato a respeito de uma pessoa “cujos joelhos foram esmagados com marreta e que depois fora jogada de um carro a 100 quilômetros por hora”.

“Os trabalhadores recebiam toda sexta-feira”, continua Ramirez, “mas logo eram conduzidos às lojas dos Ramos em Lake Placid, onde eram obrigados a repassar seus cheques. Depois de pagar o aluguel e a comida, sua dívida continuava tão alta quanto antes.” Uma dessas lojas, a Natalie’s Boutique, ficava a um quarteirão da delegacia.

Em abril de 2001, uma equipe da CTI ajudou quatro dos trabalhadores mantidos em

condições de prisão, inclusive Muñoz, a fugir. Com o testemunho dos fugitivos, o FBI e o INS foram instigados a organizar uma blitz. Os irmãos Ramiro e Juan Ramos, junto com o primo José Luis Ramos, foram indiciados por tráfico de escravos, extorsão e posse de armas de fogo. Em junho de 2002, os três membros da família Ramos foram condenados por todas as acusações. Suas penas totalizaram 34 anos e nove meses.

Essa operação escravagista do século 21 pode ter sido ignorada pelos clientes empresariais dos Ramos, e os departamentos governamentais podem ter demorado a reagir às denúncias da CIT. Mas não dá para dizer que os escravos trabalhavam às escondidas. O principal campo onde os Ramos confinavam suas vítimas ficava bem próximo da cidade, ao lado de um hotel da rede Ramada Inn. Do outro lado da propriedade, um condomínio, o Lakefront Estates, oferecia um lar sossegado para idosos. “Os escravos de Lake Placid eram invisíveis; parte de nossa economia existe em um universo paralelo”, assinala Laura Germino, da CTI. “Enquanto uns jogavam golfe na comunidade de aposentados, havia um campo de escravos logo ali atrás. Eram dois mundos de linguagens diferentes.”

Na verdade, o caso dos Ramos foi o quinto de escravidão rural a ser exposto na Flórida nos últimos seis anos. Todos vieram à tona graças à CTI, que atualmente promove um boicote à enorme rede de fast food Taco Bell, em nome dos colhedores de tomate. Essa é uma empresa que se orgulha de proteger os direitos dos animais em suas negociações com fornecedores. Seus porta-vozes também dizem que a rede exige que se façam cumprir as leis trabalhistas, mas ressaltam que, como não podem monitorar o que fazem seus fornecedores o tempo todo, confiam no governo para assegurar o cumprimento da lei.

A escravidão nos EUA hoje se estende além das regiões agrárias e se espalha por quase todas as áreas da economia em que mão-de-obra barata é um diferencial. Em 1995, mais de 70 mulheres tailandesas foram resgatadas depois de trabalhar anos a fio atrás de cercas de arame farpado no bairro de El Monte, em Los Angeles, produzindo roupas para grandes varejistas, enquanto as polícias estadual e federal viam repetidos pedidos de mandato para fazer busca nas instalações serem negados. Em junho de 2001, agentes federais em Yakima, no estado de Washington, prenderam os donos de uma empresa que comercializava sorvetes e os acusaram de usar mexicanos, que trabalhavam para pagar suas dívidas de transporte, para vender sorvetes nas ruas. De acordo com Kevin Bales, hoje existe algo entre 100 mil e 150 mil escravos nos EUA.

O Departamento de Estado avalia que o número de pessoas traficadas para dentro do país todo ano gire em torno de 20 mil. Muitas acabam trabalhando na prostituição ou na agricultura, algumas são enviadas para serviços em asilos e outras suportam sua servidão sozinhas, confinadas à escravidão doméstica.

A aprovação, pelo Congresso americano, em 2000, da Lei de Proteção às Vítimas de Tráfico e Violência, que protege esses escravos contra a deportação no caso de testemunharem contra seus ex-donos, talvez tenha ajudado a disseminar certo medo. A expansão de organizações como a CTI e a *Coalition to Abolish Slavery and Trafficking* (Coalizão para Abolir a Escravidão e o Tráfico), um grupo do sul da Califórnia que auxiliou mais de 200 pessoas traficadas, significa que as vítimas não estão largadas à própria sorte.

Ainda assim, escravos em situação semelhante, espalhados pelo mundo, estão indefesos. Eles permanecem isolados de qualquer fonte de conselho ou de apoio porque não podem comunicar-se com o mundo externo. Esse universo paralelo gera fortunas. Antes de condenar os Ramos, o juiz K. Michael Moore ordenou que fossem confiscados 3 milhões de dólares que os irmãos haviam ganho em seus negócios, assim como imóveis e outros tipos de propriedade. Moore também apontou o dedo para as empresas que contratavam os colhedores dos Ramos.

Uma ex-escrava chamada Julia Gabriel, que hoje trabalha como paisagista na Flórida e é membro da CTI, lembra-se de quando chegou aos EUA, vinda da Guatemala, aos 19 anos. Ela colhia pepinos sob a vigilância de seguranças armados na Carolina do Sul durante 12 a 14 horas por dia.

Viu colegas prisioneiros desmaiarem depois de serem golpeados com coronha de pistolas. “Talvez isso seja normal”, pensava. Até que uma amiga lhe disse: “Não, isso não é normal aqui”, e isso fez com que encontrasse a coragem necessária para fugir.

“Este é supostamente o país para onde as pessoas vêm para fugir da servidão, não tornar-se escravas quando chegam aqui”, diz o secretário da Justiça americano, John Ashcroft. Mas alguns historiadores argumentam que o vergonhoso tráfico de escravos que levou milhões de africanos ao Novo Mundo só foi abolido quando já não tinha mais tanta utilidade econômica.

Agora os traficantes de escravos, do Castelo de Sherwood à ensolarada Flórida – e em centenas de outros lugares –, redescobriram a rentabilidade no processo de comprar e vender seres humanos. Isso significa que, em pleno século 21, a escravatura está longe de ter terminado.